

ARTICULAÇÃO RURAIS – URBANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CENÁRIO BAIANO DA 1ª DÉCADA DO SÉC. XXI

Rural-urban articulation and social movements in the bahian scenario of the first decade of the 21st century

Joaci de S. Cunha
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS);
Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Salvador, BA,
Brasil

Informações do artigo

Recebido em 09/11/2022

Aceito em 09/12/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p455-488>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

CUNHA, Joaci de S. Articulação Rurais - Urbanos e movimentos sociais no cenário baiano da 1ª década do Séc. XXI. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 47, n. 257, p. 455-488, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n257.p455-488>

Resumo

O artigo discute os movimentos sociais na primeira década do século XXI, no cenário dos governos petistas no Brasil (2003-2010) -- e "carlista" na Bahia (2000-2010), seguido por governos do PT --, a partir de uma caracterização socioeconômica baiana. O objeto de discussão é recortado do contexto mais amplo das mobilizações sociais, tendo como foco a experiência da Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos. Esta Articulação conseguiu envolver em ações massivas na capital e no interior um conjunto de organizações do campo popular, unificando pautas de reivindicações urbanas e rurais; conformou um sujeito social coletivo, de caráter horizontal, em período marcado pela fragmentação dos atores sociais, e talvez por isso teve sua existência abreviada.

Palavras-Chave: movimentos sociais. Sujeitos coletivos. Governos petistas. Cenário baiano.

Abstract

The article discusses social movements in the first decade of the twenty-first century, in the context of the "petistas" governments in Brazil (2003-2010) -- and "carlista" governments in Bahia (2000-2010), followed by PT governments --, based on a socio-economic characterization of Bahia. The object of discussion is cut out from the broader context of social mobilizations, focusing on the experience of the Articulation of Rural and Urban Social Movements. This Articulation managed to involve in massive actions in the capital and in the interior of the state a group of organizations from the popular field, unifying agendas of urban and rural claims; it formed a collective social subject, of horizontal character, in a period marked by the fragmentation of social actors, and perhaps because of this, its existence was shortened.

Keywords: social movements. Collective subjects. "Petistas" governments. Bahian scenario.

Os movimentos sociais são sujeitos políticos fundamentais da sociedade brasileira e mundial, organizam e impulsionam pessoas para transformarem suas vidas e comunidades, mobilizam e produzem ideias e conhecimentos, sendo reconhecidos por organizações internacionais como fontes de inovações e mudanças sociais de reconhecido valor civilizatório.

Em nossa perspectiva, movimentos sociais são formas organizativas que possibilitam ações coletivas de caráter socioespacial e político cultural, viabilizando as diversas maneiras dos grupos, comunidades e indivíduos expressarem seus pleitos frente ao poder instituído (em temas como habitação, saúde, meio ambiente, cultura e lazer, econômicos etc.), e suas visões de mundo ou mesmo responderem às suas demandas de forma auto gestonária em busca da superação (ou manutenção)¹ das desigualdades e injustiças sociais.

Para Pierre Bourdieu (2001, p.19): “A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer..., mas sim o movimento social que ‘civilizou’ a economia de mercado...” Ademais, considera ainda Bourdieu, os movimentos orientam-se para objetivos concretos e necessários à vida em sociedade, enaltecem a solidariedade (“encarregando-se de todos os sem”), sendo este um valor fundamental para suas organizações, lutas e ações.

Em termos gerais, os movimentos sociais são vistos a partir de enquadramentos históricos próprios ao desenvolvimento de uma dada sociedade. No Brasil, observam-se distintos movimentos, conforme o período que se analisa, sendo os anteriores há 1964 em muito distintos dos que sucederam ao golpe civil-militar de 64, enquanto os que antecederam a redemocratização e a Constituição de 1988, também se mostram diferentes daqueles que viriam em sequência. O mesmo se pode dizer dos movimentos sociais no século XXI, que apresentam continuidades e mudanças em relação aos do século anterior. Ouso dizer que os movimentos sociais são adaptáveis a quais circunstâncias e períodos históricos.

Neste artigo, abordamos, ainda que de forma sucinta, algumas questões político-históricas relativas aos movimentos sociais na primeira década do século XXI. O objeto deste estudo é a Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos na Bahia, a partir da conjuntura nacional e baiana no referido decênio, marcada pelos governos do Partido dos Trabalhadores e pela atração por eles exercida sobre os movimentos sociais, que passaram a conviver nos espaços institucionais que se abriram. Assim, a relação com o Estado, com as

¹ O conceito de movimento social pode variar, conforme a orientação teórica que se adote. Os movimentos sociais conservadores ou mesmo reacionários, embora tenham crescido nos últimos anos, não serão objeto deste artigo; a respeito deles ver SOLANO, E. 2018, CRUZ, S; KAYSEL, A. CODAS, V. (Orgs.), 2015 e DELGADO, L. (2005)

demandas sociais e com as políticas públicas é um parâmetro a ser ressaltado nesta abordagem.

O pressuposto é que o Estado, desde as últimas décadas do século anterior, reorientou a sua atuação social para públicos específicos, camuflando ou explicitando a substituição de políticas universais por políticas focadas, inclusive usando de forma desvirtuada abordagens multifocais (como raça, etnia, gênero, geração etc.). Desse modo, o poder público reposicionou temáticas essenciais, a exemplo da 'desigualdade', que foi deslocada do campo econômico para o social, deixando de perseguir a sua redução; ou da 'pobreza', deixando de abordá-la em termos amplos para destacar os mais pobres entre os pobres. Assim, estamos em linha com Maria da Glória Gonh (2019), para quem, além disso, o princípio da 'igualdade' foi confinado em uma proposição formal de 'igualdade de direitos', e em espaços de 'participação social', cujos limites e alcances estavam dados pela política econômica comandada pelo capital financeiro, sobretudo sua fração especulativa, em espaços inacessíveis à participação da sociedade.

O Estado, portanto, passou a aportar políticas direcionadas a públicos focados, compensatórias, típicas do neoliberalismo hegemônico, o que continuou, em maior ou menor intensidade, nas primeiras décadas do século atual. O resultado desse processo foi a fragmentação do sujeito coletivo em inúmeras representações isoladas, frágeis ou manipuláveis. Por esse caminho, o Estado passou a induzir o que cada movimento poderia reivindicar, sendo as próprias pautas, em muitos casos, definidas a partir dos limites da política pública neoliberal.

Neste contexto mais amplo é que se insere a Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos da Bahia, cuja originalidade está, justamente, em tentar romper a fragmentação do sujeito coletivo, buscando em sua prática unir as inúmeras representações isoladas, tornar os movimentos sociais mais fortes e não manobráveis pelo poder instituído.

Antes de passar à discussão desta experiência dos movimentos sociais baianos, convém avaliar o cenário regional e histórico dessa atuação. Afinal, na primeira década do século XXI, o contexto socioeconômico baiano manteve certas características que seguem marcando as condições de sobrevivência dos trabalhadores, excluídos dos meios de produção e reprodução da vida tanto no campo quanto nas periferias urbanas. Passemos, pois, ao mapeamento desses traços específicos da trajetória regional baiana no contexto mais amplo da sociedade capitalista brasileira.

FORMAÇÃO SOCIAL BAIANA

A questão agrária e os movimentos sociais na Bahia têm como moldura histórica um desenvolvimento econômico ultratardio, vinculado ao processo de descentralização geográfica do capital, em geral, do Sudeste para o Nordeste do país, cujo marco temporal remonta à década de 1950, com o início da exploração de petróleo nas bordas recôncavas da baía de Todos-os-Santos. Anteriormente, o surto industrializante local, do último quarto do século XIX, fora abortado por uma confluência de fatores econômicos (carência em infraestrutura de energia e transportes) e políticos, que relegaria a outrora importante economia e praça bancária e mercantil baianas à condição de periferia da periferia.

De fato, a regressão industrial nas décadas que se segue a República (1889) e a primeira metade do século XX foi tal, que a Bahia “não só deixou de acompanhar os estados do Sul, como também estados nordestinos, a exemplo de Sergipe, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará” (CUNHA, 2017, p. 87). Nesse período, a Bahia praticamente não recebeu investimentos em infraestrutura e auxílios oficiais diversos, que poderiam incorporá-la ao modelo de desenvolvimento em curso no Centro-sul do país. Para isso contribuiu a opção política dos seus governantes, postados na contramão da “política dos governadores”, quedando-se na oposição ao governo federal na maior parte da “República Velha”, atitude que perduraria durante o regime instalado com a “Revolução de 1930”.

Esse percurso contribuiu para que o estado não realizasse a transição energética, da termoeletricidade para a energia hidráulica (sete vezes mais barata), antes da inauguração da hidrelétrica de Paulo Afonso,² permanecendo alijada do movimento nacional de industrialização por substituição de importações, que é anterior a Revolução de 30, mas, amplamente reforçado pelo regime que desta surgiu. Este processo reforçou a concentração do capital no Sudeste do país, em suas várias formas e não apenas a industrial, resultando em evidente embotamento socioeconômico e demográfico, inclusive, com perda líquida de população para outros estados, especialmente, para São Paulo (CUNHA, 2017, p. 87).

² A primeira hidroelétrica (Bananeira, atualmente inundada pelo lago de Pedra do Cavalo) foi inaugurada em Cachoeira, em 1932. Até então, mesmo a capital do estado estava submetida a regime constantes apagões na iluminação pública, dada a precariedade da produção de energia termoelétrica (Ver CUNHA, 2017).

Por esses caminhos, a esmagadora população de Salvador e do estado da Bahia permaneceu fora do mercado de trabalho assalariado, que ficou restrito basicamente à esfera portuária e mercantil da capital.³ Também, por isso, entre 1920 e 1940, a população da capital cresceu a uma taxa de apenas 0,16% ao ano, enquanto que a do estado, embora pequena, fora superior a esta (0,81%). Na década de 1940, as taxas de crescimento aumentaram em Salvador e no estado, respectivamente, para 3,7% e 2,1%. Nesse passo, em 1950, a capital respondia por meros 8,6% da população baiana, aumentando sua participação *pari passu* as mudanças econômicas trazidas pelo petróleo (década de 1950) em sua área de influência regional.⁴ A essa época, os movimentos sociais na capital baiana giravam em torno de ocupações para moradia, a protestos contra a carestia dos alimentos e transportes urbanos, e, no Recôncavo, às greves e mobilizações dos canavieiros e operários das decadentes usinas de açúcar, reivindicando a aplicação dos direitos trabalhistas consolidados na legislação, em 1943 (CUNHA, 1996).

Todavia, após a implantação, nos anos de 1950, da Petrobras e da hidroelétrica de Paulo Afonso I, do Centro Industrial de Aratu (década de 1960) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), entre 1970 e 1980, ocorreram mudanças estruturais importantes no conjunto da economia baiana.⁵ O setor industrial passou a ditar a dinâmica da produção estadual. Com isso, a Bahia amenizou seu perfil agroexportador calcado na produção cacaueteira do sul do estado e outras atividades agroindustriais ligadas à cana-de-açúcar e ao fumo, no Recôncavo. Essas transformações recolocaria a economia baiana na matriz industrial nacional, mas, apenas como fornecedor de bens intermediários (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Apesar dessas mudanças, o mundo rural manteria ampla participação na população baiana. Concretamente, a indústria local jamais conseguiria absorver a força de trabalho liberada pelo campo. Em 2019, empregava no estado, formalmente, apenas 16,3% dos trabalhadores com registro em carteira. A industrialização mantinha-se pequena e concentrada, uma vez que as grandes empresas — com 250 ou mais empregados, em apenas

³ Com destaque para o comércio de exportação do cacau do sul do estado, produto que chegou a representar metade das receitas do governo estadual.

⁴ IPEA disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>; acessado em 03.03.2008.

⁵ De 1963 e 1968 foi construída a unidade II, que acrescentou mais 480 MW ao sistema. Entre 1969 e 1970 foram concluídas as obras de Paulo Afonso III. Em 1979, a Paulo Afonso IV.

1,2% das unidades industriais —, registravam 43,2% das vagas de emprego ofertadas pelo setor, com um salário médio de R\$ 2.558,80.⁶ Em verdade, a capacidade da indústria em absorver força de trabalho na Bahia vem perdendo dinamismo desde a década de 1980, quando esgotou a fase “desenvolvimentista” da economia nacional, e iniciou o processo de desindustrialização ainda em curso em todo o país.

Nesse ambiente, por consequência, permanece muito expressivo o peso relativo do campo e da população rural na formação social e, por conseguinte, em seus movimentos sociais. Em 2020, o estado possuía uma população estimada de 14.930.634 milhões de habitantes, em uma área de 564,7 mil km². Em números absolutos, a Bahia, entre os estados da Federação, apresenta a maior população rural do país, que em 2010, era de 3,9 milhões de habitantes ou 13,1% do total da população nacional domiciliada no campo.⁷ Entretanto, se considerarmos os “rurbanos” – aqui entendidos como indivíduos dos pequenos e médios municípios, que trabalham e vivem basicamente no campo, somente retornando à zona urbana nos finais de semana ou em períodos inativos, e que são, pelo IBGE, considerados urbanos –, pode se dizer que a população rural, deles adicionada, é muito maior que a indicada nas estatísticas oficiais.⁸

Essa população móvel, de origem rural, mas, que não consegue se fixar no campo, tende a pressionar a estrutura concentrada da propriedade da terra. A Bahia, como quase todo território nacional, herdou sua estrutura agrária do período colonial, reproduzindo-a durante o Império e a República. Embora sua configuração agrária seja semelhante à do país, inclusive, porque possui os mesmos mecanismos de reprodução do modelo latifundiário.

6 Média inferior à paga nacionalmente em -8,4%, cf. a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/tudo/ba>, acesso em 08.06.2021. O peso dos produtos industrializados nas exportações totais do estado foi de 61,6%, em 2020 (U\$4,829 bi), registrando um recuo de -17,5%, entre 2010 e 2020, em sintonia com o chamado “processo de desindustrialização”.

7 IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>, acesso em 07.06.2021. No ano de 2010 eram 14.016.906 pessoas, com densidade demográfica de 24,8 hab./km², superando, na região Nordeste, apenas os estados do Maranhão e do Piauí.

8 O rurbano foi tematizado no Brasil, inicialmente por Gilberto Freire, em 1945, empregando-o como a conjugação entre os modos de vida rural e urbano. Décadas depois, retomaram essa noção José Graziano da Silva, definindo-a como o “novo rural” produzido pelo processo de urbanização do campo (1997), e Eli da Veiga (2001), para quem os rurbanos estão, sobretudo, nos municípios com densidade populacional superior a 80 hab/km² e população total de até 100 mil habitantes. O rurbano também pode ser focado a partir do campo cultural, em geral, pela redefinição das identidades/subjetividade possibilitada pelo entrelaçamento dos mundos rural e urbano em razão da emergência, na contemporaneidade, de novas configurações de transporte-deslocamento e comunicação.

Alguns territórios baianos, com forte presença do capital financeiro e especulativo, especializaram-se na produção de *commodities*, ao mesmo tempo em que agravaram a concentração propriedade da terra. Nesse sentido, Santos *et al.* (2014, p. 6) observaram que 24 dos 27 Territórios Identidade do estado da Bahia possuem concentração fundiária de “média a forte” (aquelas com Índice de Gini (IG) entre 0,501 a 0,700) ou de “forte a muito forte” (IG entre 0,701 a 0,900)⁹. Neste último grupo estão os territórios baianos do Extremo Sul, Costa do Descobrimento, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Recôncavo, Piemonte do Paraguaçu e o Agreste. Não por acaso, neles se concentram os principais produtores de *commodities* destinadas ao mercado externo, como soja, madeira, café, pecuária de corte, dentre outras. Esses elementos do cenário baiano, reforçam a subsunção formal do capital agrário ao capital financeiro especulativo, nacional e estrangeiro, tendo como consequência potencializar a dinâmica de reprodução ampliada do latifúndio. Noutro sentido, nos territórios de menos concentração da propriedade predominam as culturas voltadas ao abastecimento interno de alimentos (milho, feijão, leite, mandioca, legumes etc.), e abrigam os maiores contingentes de agricultores familiares ou camponeses (SANTOS *et al.*, 2014, p. 10).

Atualizando os últimos dados disponíveis, Santos *et al.* (2020, p. 618) observam que a maior parte dos municípios baianos segue com o IG acima de 0,500 (414 municípios em 2006 e 406 em 2017), enquanto, a classificação “forte a muito forte” (IG entre 0,700 a 0,900) abarca 55% deles, ainda que inferior ao de 2006, registrando leve declínio no IG baiano. Em 2017, registrava-se oito municípios com concentração “muito forte a absoluta” (IG entre 0,900 e 1).

Com tamanha concentração da propriedade da terra, a formação social baiana não consegue atender as demandas sociais dos camponeses e comunidades tradicionais do campo. Não por acaso, nos movimentos sociais do campo e também das cidades está presente grande parte desse contingente populacional, que circula entre o mundo rural e o espaço urbano, reivindicando acesso à terra e o atendimento às suas demandas por políticas públicas. Por isso, nas primeiras décadas deste século, os “rurbanos”, trabalhando em períodos descontínuos, em atividades rurais ou em bicos nas cidades, podem ser

⁹ O Índice de Gini é utilizado aqui para mensurar o grau de concentração da propriedade fundiária. Quanto mais próximo de zero, menor é a concentração, e quando mais próximo está de um, maior é a concentração. O índice assume valores entre zero e um.

considerados os públicos principais dos movimentos sociais. De fato, eles têm sido mobilizados em ocupações e marchas dos sem terras e ocupações por moradia nas periferias urbanas por vários movimentos sociais na Bahia e em todo o país.

A ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E URBANOS

É nesse contexto de mudanças socioeconômicas e preservação de estruturas históricas, que o campo na Bahia seguiu produzindo os mais relevantes movimentos sociais em termos de mobilização de pessoas e ações de impacto político. A relevância política e social desse processo pode ser constatada na trajetória dos principais movimentos sociais rurais, em suas alianças com os movimentos (r)urbanos, em especial os de moradia e desempregados, nas suas relações com o Estado e, principalmente, por sua incidência direta sobre aspectos relevantes da estrutura agrária e das políticas sociais para o campo. Nesse processo, ensaiaram a reconfiguração de um importante sujeito coletivo.

O ponto culminante desta trajetória dos movimentos sociais baianos no século XXI, seguramente, coincide com o período de atuação da Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos, entre 2003 e 2007. No período anterior, ocorreram importantes mobilizações envolvendo basicamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), então o maior movimento de luta pela terra, e a CETA (Coordenação Estadual de Trabalhadores Acampados e Assentados do Estado da Bahia), sob a liderança e primazia do MST.

Nessas, as pautas estavam, todavia, circunscritas à reforma agrária. Com o surgimento da Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos não só isso mudou, como os atores e as pautas movimentalistas foram ampliados, em que pese o MST não ter aderido ao novo formato organizativo e político desta Articulação, algo que pode ser explicado pela emergência do governo Lula, em 2003, como será explicitado, mais adiante.

A formação da Articulação, de alguma forma, está ligada à avaliação crítica de parte das lideranças sociais com as marchas do MST, entre 1997 e 2002, em relação as quais não podiam influir, restando aderir ou não as mesmas, bem como resultava de questionamentos à avaliação da conjuntura institucional feita por este Movimento, após a eleição de Lula à presidência da República. Concretamente, o MST não primava por discutir previamente o que fazer, sobretudo em matéria de mobilização e alvos políticos. Assumia, conforme algumas

lideranças, uma postura exclusivista, afastando mais que unindo os movimentos. Na prática, até então, basicamente a CETA, antes de se tornar movimento, havia aceitado marchar ao seu lado.¹⁰

Desse modo, quando a CETA pautou a construção conjunta das jornadas anuais de luta, valorizando o diálogo com os possíveis parceiros, logrou construir a Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos, marcando a primeira década deste século com uma experiência única de atuação social coletiva, caracterizada pela horizontalidade organizativa e pela profundidade das ações políticas. Por sua origem, a identidade da CETA havia sido modelada no convívio de segmentos diversos do campesinato, no diálogo e na colaboração com outros movimentos, menos experientes em conflitos no espaço público. Uma vez organizada em cinco regiões do estado, a CETA pôde liderar ampla articulação de movimentos sociais baianos, envolvendo pela primeira vez pessoas de origem rural e urbana, enfim, atores do campo e da cidade.¹¹

Na Articulação Campo - Cidade, como adiante a designaremos, o CETA tornou-se a referência de aglutinação dos movimentos sociais no estado para as lutas comuns por políticas sociais amplas, algo esperado do MST, na Bahia, dada a sua dimensão e experiência com a luta pela terra.

Agora somos nós, somos mais, somos urbanos e rurais

De fato, o surgimento desta Articulação resultou de uma construção política coletiva liderada pelo CETA em diálogo com as lideranças rurais de praticamente todas as regiões da Bahia e de associações e movimentos urbanos. A partir de sua formação inicial, em 2003, a Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos rapidamente tornou-se o polo de aglutinação de um significativo número de movimentos sociais, que incluía algumas das principais siglas com dimensão nacional, influentes pastorais católicas com atuação no campo e até movimentos urbanos de Salvador, realizando uma contundente pressão política pela

10 CEAS (2005). "Relatório de Monitoria, 2005". Salvador. Casa da Memória Popular – CEAS. Arquivo Equipe Rural. O MST "decidia sozinho, quem quisesse que o acompanhasse".

11 Para a formação do Movimento CETA e sua trajetória no cenário baiano ver, deste autor, "Questão agrária socioambiental e movimentos sociais no campo. Inspirações para o porvir". Salvador: Edufba (prelo).

efetivação dos direitos dos camponeses, comunidades tradicionais e por demandas populares na cidade.

A Articulação Campo – Cidade atuou regularmente durante o primeiro governo Lula (2003-2006), que coincidiu, na Bahia, com o mandato do governador Paulo Souto, o último do longo domínio “carlista” na política estadual.¹² A Articulação contou com o apoio de algumas assessorias, especialmente, as mais comprometidas com as lutas sociais no estado, a exemplo da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), o Secretariado Regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT-BA), o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), dentre outras. As suas ações incomodavam, por apresentar um quê de radicalidade poucas vezes visto nas últimas décadas, pondo em movimento um número significativo de jovens, mulheres e homens. Nesse período, a Articulação Campo – Cidade realizou, seguramente, as mobilizações horizontais mais relevantes dos atores sociais populares baianos no século XXI.

Dois anos depois do seu surgimento, além do CETA e dos parceiros iniciais, a Articulação já agregava os quilombolas do vale do rio São Francisco (região de B. Jesus da Lapa), contava com as Centrais de Associações de Fechos e Fundos de Pastos das regiões norte e oeste baianas (e não mais com associações isoladas); com a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA-BA) e o apoio de sua Direção Nacional, em Brasília; a Central de Articulação dos Acampados e Assentados do Semiárido (CARAS); a Pastoral Rural de Alagoinhas; o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP); a Pastoral da Juventude Rural (PJR). E também de coletivos urbanos, como o Movimento 2 de Julho, o Movimento dos

12 Domínio “carlista” é uma referência ao período de mando do grupo político de Antônio Carlos Magalhães (ACM), defensor do golpe e do regime militar iniciado em 1964. Deputado pela ARENA, ACM foi nomeado prefeito de Salvador, em 1967, e depois indicado a governador da Bahia pelos generais (1971-75). Foi sucedido por Roberto Santos, mas logo seria feito presidente da Eletrobras pelo general Geisel, em 1975, de onde sairia para reassumir, em 1978, o governo da Bahia. Em 1982, em eleições diretas, faria João Durval Carneiro seu sucessor (PDS). Como chefe de seu grupo, ACM manteria o controle político do estado até 2006, com um único intervalo, entre 1986 e 1990, quando Valdir Pires (MDB), em aliança com Nilo Coelho, venceria as eleições. Logo, ACM (PFL) voltaria ao governo, eleito em primeiro turno, em 1990, após permanecer como Ministro das Comunicações nos cinco anos do governo Sarney, quando criou as bases do monopólio da comunicação no estado, em processo também chamado de “coronelismo eletrônico”. Em 1994 se elegeu ao Senado, tendo-o presidido entre 1997 e 2001, sendo um pilar de sustentação parlamentar do governo FHC. Faleceu em julho de 2007, após a derrota do seu candidato, o então governador Paulo Souto, para Jaques Wagner (PT), em 2006. Encerrava-se o “domínio carlista” no estado, mas não na capital. Salvador está sob o domínio deste grupo, que tem ACM Neto, seu herdeiro político, como principal liderança, desde 1997, a exceção do intervalo de dois mandatos de João Henrique Carneiro (2005-12). Sobre a natureza sociohistórica do “carlismo”, ver Dantas Neto (2006).

Trabalhadores Desempregados (MTD), de atuação nacional; a Associação Vila Brandão e Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) / Articulação de Luta por Moradia.

Assim, entre sua primeira aparição, em 2003 – ainda frágil, e basicamente integrada pelo CETA, associações de Fundos de Pasto e grupos vinculados a Pastoral Rural de Paulo Afonso –, e o ano de 2005, quando conformava um amplo leque de forças sociais, o processo de unificação popular realizado por meio da Articulação Campo – Cidade permitia, talvez, vislumbrar a noção gramsciana de um *bloco de poder popular rural - urbano* em gestação no cenário baiano.

De fato, em abril de 2005, este *bloco rural urbano* despertaria a atenção política geral, ao reunir, em Salvador, dois mil trabalhadores, e, ao mesmo tempo, ocupar a Usina Hidrelétrica do Funil, no sul da Bahia (Ubaitaba), com cerca de 500 sem terras, indígenas e assentados da reforma agrária, mobilizados pelo CETA-Sul, além de centenas de outros trabalhadores nas várias sedes regionais desses movimentos do estado. Por ser um sítio de segurança federal máxima, responsável por gerar e ou redistribuir a energia do Sistema Elétrico Nacional para boa parte do Centro-sul baiano, a ocupação do Funil seria o epicentro da mobilização. Todavia, abordados pelos representantes dos governos estadual e federal, os camponeses respondiam, apenas, que o lugar da negociação era Salvador ou Brasília, para onde haviam enviado reivindicações e negociadores.¹³

Em Salvador, mais inovações. Para espanto da burocracia estatal, as pautas apresentadas eram assinadas por representantes rurais e urbanos, independentemente da natureza do que era reivindicado. Além do mais, nas negociações agendadas para discuti-las, compareciam representantes do campo e da cidade, não raro, gerando protestos dos negociadores oficiais. Esses não entendiam o porquê da “mistura”, ou – poderia se argumentar –, a razão daquele processo de formação da consciência classista, expresso em tais pautas e negociações comuns. As noções de *classe em si* e *classe para si*, bem como a dialética entre estas duas dimensões do processo de formação de um sujeito coletivo, ao que

13 “Ocupação da Usina do Funil, no sul da Bahia”. Em <https://geografar.ufba.br/ocupacao-da-usina-do-funil-no-sul-da-bahia>, acesso em 08.08.2021. A cobertura da mídia nacional, embora mencione o CETA-Sul, noticiava a ação como obra do MST (FSP — “MST promove duas invasões na Bahia” —, e a Agência Estado, “Sem-terra invadem usina e ameaçam provocar apagão na BA”). Na Bahia, porém, o jornal *A Tarde*, replicado nos sites, identificava corretamente os ocupantes da Usina como integrantes do CETA-Sul (<https://www.perfilnews.com.br/sem-terra-invadem-usina-do-funil-na-cidade-de-ubata/>).

parece, não eram conhecidas (ou reconhecidas no mundo real) pela burocracia governamental.

Indiferentes à burocracia, a preocupação dos que entraram, sem muita dificuldade, na usina hidrelétrica do Funil naquela madrugada fria de abril de 2005, “era de que ninguém se machucasse ou com os fios de alta-tensão ou se afogando”. Por isso, “nos organizamos, não houve acidentes e controlamos a entrada e saída dos funcionários”; os seguranças não tinham como reagir à multidão. Até então, o CETA só havia ocupado, na região sul, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), mas sem muita repercussão. Essa ação, todavia, era muito mais complexa e perigosa. O fato de terem permanecido cinco dias na usina, sob pressão constante e monitorados de perto por forças federais, sem que ocorresse qualquer incidente, é indicador da organização e disciplina alcançadas pelos trabalhadores.¹⁴

Em Salvador, foram 04 (quatro) atos de rua, considerados “poucos para os 13 dias”, que permaneceram na capital. Apesar da ocupação inicial do Incra, os movimentos lamentaram não terem ocupado a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), órgão estratégico para as reivindicações dos movimentos urbanos da capital. Ademais, consideraram os atos públicos momentos essenciais de formação para as bases. Nesse sentido, indicaram a simbólica “queima do Ministro Palocci”, na porta do Banco Central, em Salvador – com distribuição de panfletos, condenado a política econômica do governo Lula e explicando as razões do protesto –, como um ótimo momento de formação. Ainda que as polícias tenham acompanhado “todos os nossos passos”, avaliou o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), que reforçava sua definição de “ser parceiro e não convidado” (AMRU, 2005).¹⁵

Havia, na Articulação, uma visão crítica amplamente majoritária sobre os projetos de desenvolvimento dos governos FHC e do primeiro governo Lula. Mas os

14 “Tínhamos disposição para 15 dias. No Quarto dia a polícia Federal entrega a ordem de despejo. Nossa ansiedade aumentava em relação às negociações em Salvador. Propomos sair então na quinta-feira, às 9:00 da manhã. Meia noite B. liga dizendo que era pra segurar mais um pouco; ‘E agora?’ Ocupamos então a Casa de Controle Geral, às 9:00 h e fizemos a pauta. Com o OK de Salvador, exigimos: 6 ônibus, 800 quentinhas e passagens para Salvador. Aí fomos nos afastando e deixamos a empresa quando as audiências foram fechadas em Brasília” (2005)

15 Ainda que houvesse questionamento quanto a isso: “Fizemos ações para o Satanás bater palmas. Quem é mais perigoso? Perdemos o tempo de bater na política econômica federal. Perdemos o tempo de ir ao Banco Central”. Propunha alvos privados, como a “Monsanto, a TV” da família de ACM.

seus movimentos não os consideravam iguais, embora apontassem uma “mesma essência”, sobretudo em termos de política econômica. Eram “bem recebidos em Brasília, mas na hora H: ‘as verbas estavam contingenciadas’”. Mesmo com as nuances que os diferenciam, não se discute o modelo e o eixo” de desenvolvimento. “O Lula era bem próximo de nós também, mas estamos para pressionar o poder público” (AMRU, 2005),¹⁶ não para sermos “amigos”. A pressão política por políticas públicas, portanto, parecia ser o objetivo comum dos diversos coletivos, rurais e urbanos, porque não dizer r’urbanos da Articulação Campo - Cidade.

As lideranças dos Movimentos articulados, observavam a agricultura camponesa produzindo a maior parte dos alimentos que chegavam à mesa dos brasileiros, e entendiam como uma “farsa ideológica” o discurso de que o país não precisava mais da reforma agrária. Além disso não se conformavam com o fato do “governo Lula sustentar a tese de que o agronegócio é quem produz”. Concluía que a “a reforma agrária era tratada como assistência social”. E apresentava números: “10 empresários de multinacionais receberam, em 2003, o mesmo valor que todos os camponeses”. O Pronaf atendia “800 mil camponeses; e os outros” cerca de 32 milhões, questionavam eles.

Esses posicionamentos expressam bem a visão do mundo real vivido pelos camponeses baianos, mas, dessoavam do paradigma conceitual ou teórico do “novo rural”, em que o primeiro governo petista mais se inspirava. Proposto por José Graziano da Silva, esse modelo – mais complexo que o formulado por Ricardo Abramovay¹⁷, do “capitalismo agrário” –, partia do que considerava o novo contexto agrário para reafirmar a reforma agrária como, cada vez mais necessária, à inserção produtiva das famílias rurais em novas atividades agrícolas e em ocupações rurais não agrícolas, posicionando essa política ao lado da transferência de fundos públicos, como pensões e aposentadorias para os mais velhos e auxílios monetários para os mais jovens, a exemplo do bolsa-escola. Ou ainda sugerindo a

16 AMRU - Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos da Bahia. “Relatório do Seminário de Avaliação e Planejamento Urbanos e Rurais” (03, 04 e 05 de junho de 2005). Casa Kolping – Salvador/BA. A CARAS (PR) registrou o crescimento pessoal de militantes durante a mobilização, assim como o retrocesso de alguns. Para o Fundo de Pasto, “apesar de termos cinco regionais, apenas três vieram”; mas “quando apareceu nossa bandeira na mídia, as bases nas áreas sentiram a importância da mobilização”.

¹⁷ Abramovay (1992) sustenta que as mudanças contemporâneas na pequena produção rural transformaram a parte do campesinato, que não se proletarizou, em agricultores familiares plenamente integrados à dinâmica do mercado e do capital. Isto tornaria desnecessária uma reforma agrária – nos moldes defendidos pelos pensadores e movimentos sociais –, descartando a reorganização estrutural da propriedade rural no Brasil. Essa concepção prevaleceu durante os governos de Fernando H. Cardoso.

urbanização dos povoados rurais, como forma de evitar a migração e o inchaço das grandes cidades (SILVA, 2002, p. 109, 110, 113).

Em sua leitura, a renda das famílias rurais estaria se tornando cada vez mais não-agrícola (de ocupações diversas ou previdenciária). A demanda urbana fomentaria uma nova economia rural, de atividades rurais não agrícolas, em geral, de atividades precárias de baixa qualificação e remuneração. Ademais, nas áreas rurais poderiam ser encontrados os mesmos setores e ramos de atividades existentes nas cidades. em uma mesma região, a composição setorial do emprego rural não-agrícola não diferiria muito do existente no urbano. Por fim, também o perfil da pobreza e precariedade social rural e urbano seria idêntico (SILVA, 2013). Enfim, teriam desaparecido as fronteiras entre campo e cidade.

Assim, boa parte das famílias da zona rural viveria de rendas não agrícolas, proveniente de atividades como serviços, lazer, meio ambiente, floricultura, etc. Percepções, que, se, por um lado refletem a realidade de parte do Brasil e dos camponeses, especialmente, no Centro-sul do país e daqueles situados próximos das grandes e médias cidades, por outro desconstroem a necessidade de medidas que assegurem uma ampla distribuição de terras aos camponeses, fundamental para alterar a estrutura agrária latifundiária, extremamente concentrada, incorporar milhões de trabalhadores ao processo produtivo, alterando o modelo de desenvolvimento socioeconômico e ampliando a oferta de alimentos à população brasileira, dentre inúmeros benefícios sociopolíticos.

A política de reforma agrária, ainda que reafirmada nesse modelo, configurar-se-ia nas opções governamentais, apenas, como uma política social de natureza compensatória, ao lado de outras, deixando de ocupar papel estratégico relevante no processo de desenvolvimento econômico e social do país. Não por acaso, as prioridades no campo seriam, cada vez mais, postas sobre a agricultura empresarial, fartamente subsidiada pelo Estado e voltada à exportação de *commodities*. Ou, como avaliou a Articulação, “um punhado de empresários receberiam tanto ou mais que milhões de camponeses”, a exemplo da JBS e Brasil *Foods*, que teriam seus planos de crescimento e internacionalização financiados pelas agências oficiais de crédito.

Mas, naquela conjuntura, as opções políticas dos movimentos para avançarem em transformações sociais eram poucas e tortuosas, como demonstram as reflexões abaixo:

Aqui quem não é petista é simpatizante. Fazer mudança é claro que tem que ser com a massa, mas como não usar também o Parlamento? Eu acho que o desafio talvez não seja um novo instrumento político e sim uma metodologia de ação: pressão e política. Não podemos focalizar só no poder público, temos que focalizar também no poder privado. Também não podemos focalizar tudo no governo federal, temos que estar atentos, também ao estadual e municipal. Temos que admitir que caminhos estão sendo abertos; vamos aproveitar o que não tínhamos em outro governo. Se não podemos atingir o centro, vamos belas beiradas (Mov. "A").

Os movimentos sociais têm três coisas básicas: não se deixar cooptar, corromper e aniquilar. Nos organizamos para mobilizar e não gerenciar. Temos que criar infra para tal, seja via projetos, OSCIPs... (Mov. "B").

A análise de conjuntura que faziam os atores da Articulação era, portanto, crítica aos rumos que assumia o governo federal, embora não fosse única e houvesse divergências em pontos específicos. Isso, contudo, não os impediam de construir valores compartilhados, propondo "manter a linguagem comum, tanto nos princípios, como nas ações de massa, respeitando a identidade e autonomia de cada Movimento. Em linhas gerais, a estratégia era um pé dentro, outro fora da institucionalidade". Dentro, para facilitar a política ou a negociação. Outro fora, porque, aos movimentos cabiam organizar, "mobilizar e não gerenciar". Ou seja, a "metodologia de ação combinava pressão e política". Para seguir nessa perspectiva era necessário "manter as bases organizadas em todo o processo decisório das mobilizações". A Articulação definia-se como "um espaço democrático" de movimentos integrantes "da mesma classe trabalhadora", enfrentando os "mesmos inimigos: latifundiários (urbanos e rurais), agro negociantes, grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, grandes meios de comunicação, os políticos oportunistas e conservadores" (AMRU, 2005).¹⁸

A identidade coletiva da Articulação era buscada também, estrategicamente, através do fortalecimento do "projeto popular para o Brasil, levando em conta as referências regionais, estaduais e locais." Portanto não se limitava ao plano tático da unificação rural e urbana dos trabalhadores. Se via, por conseguinte, como parte da construção muito mais ampla de um projeto de país. Para responder a esses desafios, a Articulação definiu uma coordenação e uma secretaria para mediar seus contatos e funcionamento (AMRU, 2005). Essas instâncias deveriam responder pelo Planejamento das ações futuras da Articulação de

¹⁸ No acampamento do Incra, em 2005, era visto um mosaico costurado com as bandeiras de todos os movimentos, como um símbolo da identidade coletiva que se formava nesse processo.

Movimentos Rurais e Urbanos, algo compartilhado com as principais assessorias, cuja disponibilidade foi elogiada e os excessos de interferência na dinâmica das mobilizações recentes duramente criticados.¹⁹

Por esse caminho, a avaliação e planejamento da Articulação tendia a consolidar uma compreensão política da realidade baiana e nacional que estava delineada no Manifesto lançado durante as ações de abril daquele ano (2005). Neste se lia:

Nosso Manifesto não é só para denunciar e pressionar o governo Lula em função das suas prioridades políticas. Ele vem para demonstrar que não é mais tempo só de lutas particulares, que estas têm que estar articuladas e unidas em um objetivo comum: a transformação de um modelo de Estado e sociedade excludente. Somos os povos do campo e da cidade articulados em nossos Movimentos. Unidade é nossa palavra-chave para a LUTA CONJUNTA por um Brasil e Bahia justa; Menos Juros, Mais Investimento Social, Terra, Moradia Digna, Emprego, Subsídios Agrícolas, Reforma Agrária, Reforma Urbana. **Agora somos nós, somos mais, somos urbanos e rurais** (grifo nosso).²⁰

As primeiras necessidades a serem atendidas pela estruturação da Articulação eram desdobramento das mobilizações de abril. Deveria preparar reunião a ser agendada com o governador Paulo Souto, bem como monitorar as demandas apresentadas nas secretarias estaduais, já registrando a aprovação “dos projetos de piscicultura e cisternas”. No Incra, ainda se aguardava que os compromissos assumidos com a Articulação fossem honrados (Imagem 1, abaixo). A definição política estratégica era centrar as ações no governo do estado, inclusive definindo uma próxima mobilização com os urbanos para a CONDER ou Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento). Desse modo, “os primeiros ganhos políticos” iam sendo registrados, embora “a vitória principal foi a união de forças contra o coronelismo”, na avaliação do MPA.

Imagem 1. Termo de Acordo entre o Incra e movimentos da Articulação Rurais Urbanos (2005)

19 “Não dá pra cada hora aparecer um assessor, ainda mais aquele que se coloca como movimento, principalmente nos processos de negociação” (...). “A assessoria as vezes puxava para o grupo que assessoria” (AMRU, 2005).

Ela não pode personalizar o movimento que assessor. Como ficam os movimentos que não tem assessoria? A assessoria avançou demais no seu papel e existe divergência entre elas o que atrapalha o processo; não temos nada a ver com isso” (AMRU, 2005).

20 CETA, Movimento Dois de Julho, Fundo de Pasto, Articulação de Moradia, MPA), Pastoral Rural, MTD, Associação de Moradores Vila Coração de Jesus, FATRES, CARAS, MPP, Art. Quilombola. “Documento: PARA ONDE FOI O GOVERNO DE ESQUERDA?” Salvador, abril de 2005.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA – SR-05

TERMO DE ACORDO

Termo de acordo que entre si firmam, por um lado, Movimento de trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as)-CETA; Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA; Pastoral Rural de Paulo Afonso; Movimento dos Trabalhadores Desempregados-MTD; Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal-FATRES; Central de Articulação dos Acampados e Assentados do Semi-árido- CARAS, Articulação Quilombolas; Articulação Regional de Luta pela Terra-Sudoeste da Bahia, e por outro lado Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária –INCRA Bahia, no período de 18 de Abril a 20 de Abril de 2005, nos termos seguintes:

1. O INCRA (SR 05) se compromete em:
 - a) vistoriar 141(cento e quarenta e uma) áreas indicadas pelos movimentos acima citados, no ano de 2005;
 - b) disponibilizar Equipes Técnicas para atender as demandas dos Movimentos acima nas regiões seguintes: Lapa; Sul; Chapada; Bonfim-Sisal; Paulo Afonso; Recôncavo; Médio São Francisco; e Sudoeste, cada Equipe realizando uma viagem de trabalho por mês em cada região; as viagens de trabalho terão duração mínima de 15 dias, buscando alcançar a meta de vistoriar 2(duas) áreas por viagem;
 - c) a equipe será composta de Técnicos para levantamento de Campo e do Assessor jurídico, Dr. Everardes, para levantamento cartorial;
 - d) o Eng. Agrônomo Edmundo será o responsável pela formação das equipes técnicas devendo levar em conta a sugestão de nomes apresentada por cada Região;
 - e) serão indicadas pelos movimentos 5(cinco) áreas prioritárias por região, onde serão iniciadas as vistorias (relação em anexo);
 - f) atender, prioritariamente, os Projetos de Assentamentos, citados em planilha anexa, e já previstos em planilha orçamentária dessa SR-05, com créditos Apoio e Habitação disponibilizados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.;
 - g) disponibilizar, como percentual mínimo, 40% (quarenta por cento) do Recurso total já destinado e ou a ser obtido, por essa SR05, para obras de infra-estrutura (água, energia, estrada) nos Projetos de Assentamentos dos Movimentos subscritores;
 - h) providenciar, imediatamente, as ações judiciais ou administrativas cabíveis para desocupar as áreas de Projetos de Assentamentos ocupadas por antigos posseiros e invasores.
2. Os Movimentos subscritores se comprometem a apresentar sugestões de imóveis e auxiliar a Autarquia no trabalho de identificação das áreas a serem vistoriadas.

E para constar firmam o presente o presente documento.

Salvador. 20 de abril de 2005.

Fonte: Arquivo CEAS. Equipe Rural. Mobilização Rurais Urbanos (2005).

As vitórias concretas podiam ser pouco numerosas, mas não os problemas. Na avaliação realizada, foram indicadas diversas dificuldades na montagem das autas, feitas em cima da hora, quando deveriam ser feitas um mês antes. Ademais, só as pautas não bastavam. Era preciso ter projetos prontos, o que não havia até chegarem a Salvador. Ou seja, ainda não se conhecia a estrutura e o funcionamento do governo. Ademais, na Coordenação Geral da Articulação “não havia unidade no linguajar durante a mobilização. Atirávamos uns nos outros”. Havia carência na comunicação, faltou carro de som e mais boletins informativos nos atos de rua; apesar do sucesso dessas ações. Por outro lado, foi fraca a participação das bases dos urbanos e pescadores; “entendemos que todos trabalham, mas achamos que cada família poderia ter mandado um membro”. O MSTs estava em todo processo de organização e planejamento, mas só apareceu um grupo, dizendo que era dissidente; quem antes

apareceu como Movimento falou em nome da “Articulação de Luta por Moradia”. Por outro lado, os ganhos foram mais políticos, e menos econômicos. “Mas são os ganhos econômicos que mobilizam as bases,” porque os políticos ficam no papel. As bases querem saber na prática o que aconteceu. Este é o desafio; saber “quando os ganhos do papel vão chegar na prática”. No acampamento, no estádio de Pituaçu, houve muita dispersão (“praia, bares e futebol”), esvaziando as oficinas temáticas de formação. A coordenação falhou “na socialização dos motivos da desocupação” do Incra, gerando insatisfação das bases que não queriam desocupá-lo (AMRU, 2005).

Essa não foi a primeira mobilização da Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos desse período. Um ano antes, em 2004, houvera realizado uma ação de impacto semelhante à ocupação da Usina Hidrelétrica do Funil, mas em um alvo do governo “carlista” da Bahia – a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) –, em plena Av. Ademar de Barros (atualmente, Milton Santos), no bairro de Ondina, há poucos metros da residência oficial do governador do estado. E, um ano depois, em 2006, miraria, também, outro órgão estadual, a CONDER, responsável pelas demandas urbanas, e, simultaneamente, diversos outros alvos estaduais e federais, no interior baiano.

A ocupação da CDA, de 26 de abril de 2004, marcou o início das ações realizadas pela Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos. Vivia-se o segundo ano dos governos Paulo Souto, na Bahia, e Lula, na esfera federal.

Durante 10 dias, a ocupação foi mantida mesmo com a tropa de choque da PM cercando o prédio (CETA, s/d),²¹ onde estavam cerca de 1600 trabalhadores(as) rurais de várias regiões do estado. Eram representantes das comunidades de fundo de pasto, de quilombolas do Médio São Francisco (Bom Jesus da Lapa), do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD (base de Vitória da Conquista), posseiros da Mumbuca (Encruzilhada), das associações de Fundo de Pasto e das vinculadas à Pastoral Rural (Paulo Afonso), além das várias regionais do CETA. Eles contaram com a presença solidária de representantes de associações e comunidades periféricas de Salvador, vindas principalmente, da Gamboa e do Centro Histórico, comunidades assessoradas pela CJP e pelo CEAS.

21 Em entrevista concedida em 2005 a Santos (2010, p. 83), Bartolomeu Guedes, coordenador estadual do CETA à época, diz ter a ocupação do CDA durado 3 dias.

Seguramente, a partir dessa ação, o Movimento CETA teria outra visibilidade, algo que a própria Articulação de Movimentos de Rurais e Urbanos só começaria a alcançar no ano seguinte. Também se consolidaria como movimento social, com a confiança e o respeito dos trabalhadores de base e da juventude dos assentamentos, setores que manifestavam insatisfação com as marchas e ocupações modorrentas direcionadas ao Incra, onde dirigentes aliados do MST abriam as portas para acomodá-los, mas que pouco implementavam as ações reivindicadas. Da mesma forma, a imprensa local, agora abria espaço ao coordenador do CETA, enquanto antes somente os nomes do MST apareciam na mídia.²² Com a ocupação do CDA, suas conquistas e efeitos políticos, esses grupos juntos consolidariam a Articulação Rurais - Urbanos, que logo ampliaria seu leque de integrantes e aliados.

Nessa mobilização (2004), que obrigou o Estado a negociar durante três dias com os movimentos sociais, ocorreu a visita dos indígenas do sul da Bahia à ocupação, que, no mesmo período, estavam na capital reivindicando ações de saúde junto a FUNASA (Fundação Nacional da Saúde) para seus territórios, mas, que se deslocaram até Ondina para realizar no asfalto da então Av. Ademar de Barros, interditada pelos trabalhadores, um ritual religioso pedindo às suas divindades proteção aos ocupantes das dependências da CDA e ameaçados pela Tropa de Choque da Polícia Militar.

Imune ao Toré indígena, o governo do estado realizou a desocupação do prédio de forma violenta, às 3 horas de uma chuvosa madrugada de abril, ao arrepio da lei, que inadmitte reintegração de posse nesse horário. Para isso, o governo mobilizou cerca de dois mil militares, dentre os quais, suas forças de elite, que agrediram homens e mulheres durante a ação policial. De qualquer modo, ficou registrada a capacidade mobilizadora e reintroduzido o método de ação direta na capital baiana, com certo grau de radicalidade.

Desa mobilização, a principal conquista foi a renovação do convênio, entre o governo baiano ("carlista") e o governo federal ("petista"), pelo qual 20 técnicos estaduais foram mantidos a serviço do Incra, realizando vistorias em latifúndios indicados pelos movimentos para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Isso foi decisivo para o surgimento de boa parte dos assentamentos nos anos seguintes. Em verdade, essa

22 Nesse sentido, Bartolomeu Guedes seria entrevistado pelo Jornal *A Tarde*, na edição de 28.04.2004

conquista, arrancada na luta, foi fundamental para os números positivos da reforma agrária, registrados, na Bahia, durante o primeiro governo Lula. Foram 69 novos assentamentos, em 2004; 100, em 2005; e 76, em 2006. Resultados que se devem atribuir nessa conjuntura, principalmente, aos jovens, homens e mulheres que ousaram enfrentar o Estado e o latifúndio, visto que pela capacidade operacional do órgão federal esses números seriam impossíveis.

As ações diretas da Articulação Rurais - Urbanos seguiram até 2006, neste ano, já reforçadas pela participação dos sem tetos de Salvador (MSTS)²³. Como previsto no Planejamento antes mencionado, o alvo seria, então, “um dos principais feudos do carlismo na máquina do governo estadual: o prédio da CONDER” (CETA, p. 22, 23).

Desta vez, a Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos da Bahia distribuiu nota à imprensa, informando que na mobilização, de abril de 2005, havia apresentado extensa pauta, abrangendo quase 350 reivindicações em todas as áreas da Bahia, beneficiando trabalhadores do campo e da cidade. Mas que, destas, “menos de trinta foram atendidas”.²⁴

A CONDER, dentre outros alvos no estado, foi escolhida como forma de denunciar o autoritarismo com que esta empresa pública e o governo estadual criminalizavam os movimentos sociais urbanos, agindo com truculência contra a população a que deveriam servir. Essa empresa realizava constante “propaganda enganosa e usava a tática de vencer o povo pelo cansaço”. Ao mesmo tempo, “em outras seis regiões baianas, importantes rodovias foram bloqueadas por vários dias” e órgãos públicos também foram ocupados (CETA, s/d, 23). Onze movimentos sociais participantes da Articulação realizaram as ações, iniciadas na madrugada de 24 de abril.

23 Nesse ano, também a Pastoral da Juventude Rural – PJR havia se incorporado à Articulação. Em “ONZE MOVIMENTOS SOCIAIS OCUPAM A CONDER E APRESENTAM PAUTA” (Release). Em <https://cimi.org.br/2006/04/24786/print/>, acesso em 08.08.2021.

24 Suas reivindicações, recebidas e protocoladas pelos mais de vinte e um órgãos do Estado e da União, para além questões de política econômica, abrangiam: “regularização fundiária e desapropriação de mais de setenta áreas para reforma agrária e três grandes terrenos em Salvador para a construção emergencial de mais de mil casas; criação de mais de 500 frentes emergenciais de trabalho para os trabalhadores desempregados; construção de casas pelo PSH; desburocratização do acesso ao PRONAF; realização de 141 vistorias pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; desenvolver melhorias nas vias de acesso às comunidades pesqueiras para melhor escoamento dos pescados; dentre outras”. “MOVIMENTOS SOCIAIS OCUPAM A CONDER E APRESENTAM PAUTA” (Release). Em <https://cimi.org.br/2006/04/24786/print/>, acesso em 08.08.2021.

Desse modo, a ocupação da CONDER ocorria simultaneamente a outros atos rebeldes em Ibotirama, Vitória da Conquista, Capim Grosso, Itaberaba, Camacan e Ribeira do Pombal. No alto Sertão, os manifestantes ocuparam a residência da prefeita de Serrolândia, onde 11 prefeitos da região aguardavam o governador do estado para homenageá-lo com um churrasco. "Avisado a tempo, o governador não compareceu" (CETA, s/d, 24).²⁵

Na região sul da Bahia, onde um ano antes, a usina do Funil fora ocupada, apenas com famílias do CETA-Sul, desta vez foi interditada a BR 101, à altura do entroncamento para o município de Arataca, por 700 manifestantes vinculados aos movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), aos povos indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá, além do CETA-Sul. Suas reivindicações principais pediam a imediata vistoria e desapropriação de áreas para fins de reforma agrária; desburocratização da política de assistência técnica; a suspensão de plantios de eucaliptos na região sul da Bahia, a imediata regularização do território Pataxó Hã-Hã-Hãe, e anulação, pelo STF, dos títulos de propriedade concedidos, ilegalmente, pelo governo da Bahia, aos fazendeiros que invadiram esse território²⁶.

Como se observa, o Toré no asfalto da Av. Ademar de Barros, de dois anos antes, produziu frutos, esboçando uma aliança indígena-camponesa no sul da Bahia. Por esses caminhos, a Articulação Rurais e Urbanos avançava em termos de unificação social horizontal (de grupos de trabalhadores rurais e urbanos e povos tradicionais), e também em termos espaciais, atuando em praticamente todas as regiões baianas, além de manter conexões políticas mais amplas, através dos movimentos MPA e MTD. Mas não sem importantes contradições internas.

CONTRADIÇÕES DA ARTICULAÇÃO E GOVERNOS PETISTAS

Nesse sentido, as Mobilizações realizadas no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), sob a bandeira da Articulação, ocorreram sem unanimidade das regionais do CETA. Nesse período, as ações conjuntas foram, aos poucos, assumindo a natureza de uma articulação permanente, mais em razão das necessidades da conjuntura e do suporte

25 "Quanto ao churrasco... virou tira-gosto dos sem terras", informa a Cartilha do CETA.

26 "Trabalhadores rurais e indígenas interditam a BR 101" Em <https://cimi.org.br/2006/04/24786/print/>, acesso em 08.08.2021.

oferecido pelas assessorias, do que por força de uma formação política consistente e de orientação estratégica amplamente assimilada pelas instâncias dos movimentos sociais, particularmente as do CETA. De qualquer modo, entre 2004 e 2006, esse processo parecia apontar para a construção de uma estratégia de unificação dos Movimentos Populares baianos, reforçada pela participação da Direção Nacional do MPA. Esse movimento, inclusive, prescindiu de sua relação com o MST, definindo uma parceria prioritária com o CETA na Bahia para a luta pela terra e aderindo à mobilização da Articulação, embora a data desta não coincidissem com a sua jornada nacional de lutas.

Nesse processo, porém, a Articulação viveria o seu desafio maior: resistir às iniciativas políticas do governo Jaques Wagner (PT), 2007-2010. Este desafio estava dado, desde antes, pela eleição de Lula e início do seu governo, em 2003, em meio ao otimismo geral quanto a concretização das políticas públicas no campo e na cidade. Nesta direção, o Centro de Estudos e Ação Social, avaliando seu apoio e assessoria aos movimentos sociais na Bahia e Alagoas, entendia que a conjuntura nacional demandava uma tomada de posição disjuntiva pelos atores sociais populares, qual seja, ou:

[...] Estimular a participação nos espaços de concertação do Pacto Social, os tais Conselhos e Conferências — de alto a baixo, controlados pelos setores dominantes avalizados pelo governo, como se isso constituísse caminho sério para a efetivação de políticas públicas —, ou a capacitação e apoio para mobilizações massivas e cada vez mais horizontais dos trabalhadores e seus movimentos, lutando por rupturas claras no direcionamento das políticas econômicas e sociais (CEAS, 2003, p. 3).

Nessa perspectiva, o CEAS, apontava alguns indicadores (“de processos mais que resultados”), dentre eles o de que havia “quadruplicado o número de acampamentos de sem terras em todo país”; a emergência de “esboços de articulação de movimentos sociais”; e, no âmbito nacional, a predominância das “articulações dos segmentos comprometidos com a política do governo, o que impede ações de força nesse cenário”, e por aí, questionava: “O MST mais corporativo e negociador dificulta ou facilita mobilizações conjuntas ou massivas”, capazes de obrigar o governo a avançar na efetivação dos direitos sociais? (CEAS, 2003, p. 3). Esta questão fazia todo sentido, quando se observa a leitura do MST sobre a tática de ação, frente ao governo Lula, seja para efetivar tais direitos ou, mais especificamente, para a realização da reforma agrária.

De fato, enquanto o modelo de desenvolvimento agro-minero-exportador era mantido intacto pelo governo, favorecendo e até radicalizando a reprodução ampliada do

próprio latifúndio, o mantra do MST durante todo o primeiro mandato de Lula foi: “O nosso inimigo não é o governo, e sim o latifúndio”.

Essa insígnia sintetizava também a outra face de sua tática, que incluía a gestão de aparatos do Estado, indicando alguns de seus integrantes, assessores e aliados para dirigir órgãos públicos, particularmente, no Ministério de Desenvolvimento Agrário e no Incra. Entre estes pode se nomear o superintendente do INCRA/Paraná, Celso Lisboa de Lacerda (engenheiro agrônomo); o superintendente do INCRA/Mato Grosso do Sul, Luiz Carlos Bonelli; o superintendente do INCRA/Maranhão, Ricardo Monteiro dos Santos (ex-presidente da CUT no Maranhão e militante do MST); o superintendente do INCRA/São Paulo, Raimundo Pires Silva (ex-assessor técnico para as cooperativas do MST); o superintendente do INCRA/Rio Grande do Norte, César José de Oliveira; o superintendente do INCRA/Bahia, Marcelino Antonio Martins, próximo mas não militante deste movimento.²⁷

Assim, a participação dita social “nos espaços de concertação” dos Conselhos e Conferências oferecida aos movimentos sociais, no caso do MST ia além. Na direção destes órgãos ou com relação privilegiada neles, o Movimento poderia atender prioritariamente, com vistorias e desapropriações, às suas demandas de acesso à terra, bem como às suas cooperativas, equipes técnicas e associações com os projetos, recursos e políticas manejadas nesses espaços. A princípio isso não seria um problema, mas sim uma estratégia política legítima.

Porém, quando a escassez de recursos para a reforma agrária tornou-se uma realidade incontornável nos governos petistas, e a ausência de orçamento público para a política agrária tornou-se evidente, a disputa política mais concreta deixou de ser contra o latifúndio, passando ao campo da distribuição das poucas verbas disponíveis entre os vários grupos e movimentos demandantes da ação reformista do Estado. Ou seja, a mobilização para a reforma agrária saíria da arena da luta de classe, com ações massivas, para, principalmente, ocupações dos prédios e gabinetes do Incra onde se realizavam os acordos, com vistas a alocação dos poucos recursos orçamentários disponíveis.

²⁷ Conforme Stédile, “o nosso objetivo maior é indicar nomes para todas as 29 Superintendências do INCRA. Até o momento, temos sido bem atendidos” (AZEVEDO, 2012, p. 60-61).

Em âmbito geral, seguia-se o passo da participação dos movimentos e entidades em Conselhos e Conferências sem poder de efetivação das políticas sociais neles desenhadas, enquanto as estruturas reais de poder do Estado, com a colaboração dos formuladores das prioridades do governo, inviabilizavam a execução do II Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como a arrecadação e titulação das terras quilombolas, cuja política foi limitada ao reconhecimento antropológico dessas comunidades pela Fundação Palmares e pouquíssimas ações de demarcação e entrega efetivas dessas áreas aos afrocamponeses.²⁸

Para os movimentos sociais estava configurado o enredamento nas instituições do Estado, afastando a perspectiva de avanços na unificação das lutas e de mobilizações de pressão sobre o Estado - governo. Certamente, este contexto contribuiu para neutralizar a capacidade mobilizadora dos trabalhadores e movimentos da Articulação Campo - Cidade.

Em contrapartida, o capital financeiro e o latifúndio tornavam-se cada vez mais imbricados e efetivos em termos de controle das estruturas do Estado brasileiro, de modo que a hegemonia dos primeiros se impunha sobre os mecanismos institucionais também do governo federal. Esta, entretanto, não foi a compreensão do MST, o principal movimento social nacional, que manteve a tática sintetizada na insígnia “o inimigo é o latifúndio, não o governo”. Isto associado a disputa intramuros pelos poucos recursos do Incra contribuiria para não avançar as lutas ao patamar exigido pela conjuntura.

Assim, em 2007, Stédile, a principal referência política do MST, ainda afirmava:

Os governos não se constituem como inimigos da Reforma Agrária nem do movimento, uma vez que estão em segundo plano, em um jogo de poder complexo, na política contemporânea. Quem manda nesse país são os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Por isso, a Reforma Agrária não avança.²⁹

Esta visão acabava por legitimar a inação oficial, com argumentos nada condizentes com um governo realmente comprometido com políticas de reestruturação fundiária.

Na Bahia, essa leitura do contexto nacional e a ocupação de espaços no estado-governo (MDA-Incra) resultaram no enfraquecimento progressivo da pressão política pela

²⁸ A Fundação Cultural Palmares (FCP), entre 2004 e 2020, certificou 2.803 territórios quilombolas, condição necessária para que um processo de titulação possa ser aberto pelo Incra. Os processos de titulação abertos pelo Incra, todavia, foram apenas 295, dos quais somente 41 foram finalizando ou 13,9% do total (ARAJI, 2021). Na Bahia existem, catalogadas pela Fundação Palmares, 718 comunidades quilombolas, para as quais, até 2016, apenas 13 títulos de domínio foram emitidos.

²⁹ MST. “Para Stédile, Estado está entre os principais inimigos do MST”. Em <https://mst.org.br/2007/07/13/para-stedile-estado-esta-entre-os-principais-inimigos-do-mst/>, acesso em 11.08.2021.

realização da reforma agrária. Antes, nos governos FHC (federal) e Paulo Souto (no estado), o MST realizou ações de impacto, como a Marcha e Ocupação da Us. Itapetingui, em 2001/02, em parceria com a CETA. Mesmo no início do governo Lula, mas ainda sob o governo Paulo Souto (PFL), enfrentou a Veracel Celulose (2004) no extremo sul baiano, ocupando áreas de duvidosa propriedade, destinadas à eucaliptocultura. Todavia, logo após Jaques Wagner (PT) assumir o governo da Bahia, em 2007, suas lideranças, na companhia do MLT e da FETAG, passaram a negociar com Veracel e as demais empresas de papel e celulose o fim dos principais conflitos agrários e a “paz social no campo”, mediados pelo governo estadual, que tinha no seu secretariado o principal líder do MST na Bahia.³⁰

De todo modo, até 2006, à permanência do “carlismo” no governo estadual e a predominante leitura crítica sobre os rumos tomados pelas políticas econômicas e sociais do governo federal, possibilitaram à Articulação de Movimentos Rurais e Urbanos encaminhar de forma exitosa, como vimos, as lutas de segmentos importantes dos movimentos sociais baianos. Mas, não por muito tempo.

A DESMOBILIZAÇÃO DA ARTICULAÇÃO RURAIS - URBANOS

Até as eleições de 2006, a Articulação naturalmente contribuía para o fortalecimento da oposição ao “carlismo”, campo em que se incluía, e por conseguinte não causava maiores problemas ao bloco petista, apesar do seu tom crítico à política econômica do governo Lula e aos impactos negativos desta na concretização dos direitos sociais no campo e na cidade.

Todavia, após a vitória do PT nas eleições baianas e o início do governo Wagner (2007), era previsível o incômodo de uma oposição social à pouca efetividade das políticas públicas oficiais e aos arranjos políticos do novo governo, que incluía parte significativa dos representantes do latifúndio e do capital hegemônico no campo baiano. Também, por isso se podia imaginar que uma forma de neutralizar a Articulação de Rurais e Urbanos estivesse a

30 Após a vitória de Wagner, em 2006, os conflitos entre o MST, FETAG, MLT e outros, com a Veracel, Fibria e Suzano, no extremo sul da Bahia, passaram a ser mediados pelo Governo do Estado. Essas negociações puseram fim aos principais conflitos. A “paz social no campo”, assim, passou a ser buscada por “meio de uma conciliação de interesses, ou ‘negociada’ entre o agronegócio e os movimentos sociais do campo” (SANTOS, 2017, p. 21). Até o presente, grande parte dessas terras, permanecem em poder das papeleiras, dando azo a reiteradas ocupações do MST e de outros movimentos sociais.

caminho. Afinal, as ações desta estavam fora do controle político do governo e das forças que tradicionalmente controlavam os movimentos populares no estado.

Nessa direção, com a mudança da conjuntura baiana, os novos governantes abririam a máquina estatal ao MST. Sua principal liderança, Valmir Assunção, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) durante todo o primeiro mandato de Wagner (2007 e 2010) e com ele vários outros dos seus aliados.³¹ Este fato, todavia, não desmontava a ofensiva do capital sobre o campo e seus movimentos sociais.

Vários projetos que contavam com a oposição da Articulação foram promovidos por esses governos, a exemplo da transposição das águas do rio São Francisco, incentivos à produção de matéria-prima à indústria de biocombustíveis (em flagrante prejuízo à produção de alimentos), o projeto federal de duplicação da área ocupada pela eucaliptocultura,³² a recusa em promover a discriminação das terras devolutas do Estado baiano. Todos esses elementos, ademais da evidência que a reforma agrária não era uma prioridade, colocavam os movimentos da Articulação Rurais - Urbanos em aberta oposição e evidenciam o incômodo que esta representava, ao ponto de se planejar politicamente o seu fim.

Conforme um militante da Consulta Popular, na Bahia, a percepção dos problemas e riscos políticos, caso continuassem as ações diretas desta Articulação sob o novo governo, era manifestada nos bastidores dos Encontros Nacionais da Consulta Popular, da qual eram membros militantes do MST e da "Articulação de Esquerda".³³

E de fato, não tardaram a agir. A ação de neutralização teve como marco inicial o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Pré-assentamentos da Reforma Agrária (PSAN). Nesse sentido, uma das primeiras ações da SEDES, em 2007, foi replicar o PSAN na Bahia por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social

³¹ É membro da direção nacional do MST desde 1990. Candidatou-se a Deputado Estadual pelo PT, em dobradinha com Wagner para Dep. Federal, nas eleições de 2002, ficando Valmir na suplência, assumindo o cargo em 2005 e conseguindo a reeleição em 2006. Em 2010 elegeu-se Deputado Federal, sendo reeleito em 2014 e 2018.

³² A campanha de Lula para presidente, em 2002, conforme o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), contou com o apoio da Veracel, que recebeu "o primeiro grande empréstimo concedido pelo Banco público BNDES a uma empresa privada, R\$ 1,43 bilhão, aprovado em dezembro de 2003". Disponível em "Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose: Uma história de ilegalidades, descaso e ganância". CEPEDES (Study and Research Centre for the Development of the Extreme South of Bahia), Eunápolis, Bahia, 2008. The full study in Portuguese is available at: http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CEPEDES_2008.pdf, acesso em 12.08.2021

³³ Conforme registrado em Relatório do Ceas (CEAS, 2008, p. 8).

e Combate à Fome (MDS), também coordenado em solo baiano pela Cáritas Brasileira, organização que mantinha parceria, com o Governo Federal, para execução deste projeto em alguns estados da Federação, desde o ano de 2000, ainda sob o governo FHC, com bons resultados em termos de redução da desnutrição infantil.

Pela relevância social do projeto e expertise da Cáritas (LONG; ALMEIDA; TADDEI 2011), o projeto não podia suscitar questionamentos. No entanto, a SEDES, ao incluir “os coordenadores dos movimentos (26 deles do MST, 21 do CETA, 18 da FETAG, 2 do MTD e PR), com remuneração de R\$500,00, por mês,” mais um articulador estadual por movimento (sendo este um líder com maior conhecimento e circulação estadual), com salário “de R\$1.500,00 / mês” (CEAS, 2008, p. 8, 9), embutia um objetivo subliminar de trazer as lideranças que articulavam as ações diretas para uma ação estatal remunerada, fazendo com que o projeto assumisse ares de cooptação ou, no mínimo, de amortização das lutas em curso. Observa-se, que, dos cinco movimentos beneficiados, três pertenciam a Articulação Rurais - Urbanos.

Nada semelhante havia sido realizado até então. Nos governos anteriores, uma ação desta natureza seria denunciada por tentativa de comprar o movimento social, impedindo-o de lutar contra as mazelas que afligem os trabalhadores. Todavia, nessa conjuntura, enquanto os governos Wagner e Lula investiam para atrair os pequenos agricultores e assentados para o projeto dos biocombustíveis³⁴, a SEDES, tendo o principal nome do MST à sua frente, remuneraria parte importante dos líderes das lutas sociais no campo, sob o silêncio geral. Na sequência, viria o projeto de apoio financeiro aos movimentos, via construção de equipamentos para cooperativa de assentados, o que apertaria o nó da neutralização (CEAS, 2008b).

Nesse diapasão, logo no primeiro ano do governo Wagner, na Bahia, ocorreu a reincorporação do CETA às mobilizações anuais do MST. Já em 2007, durante 10 dias, os sem

³⁴ Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que investiria em alternativas para a substituição de combustíveis derivados do petróleo, fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente e promoveria o desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo no Nordeste, com a produção de mamona. As condições do Programa foram estabelecidas na Lei do Biodiesel (11.097/2005). Ao final dos mandatos de Lula (2003-2010), todavia, havia aprofundado a exclusão e subordinação dos agricultores aos grandes conglomerados; ampliado a área da soja e o desmatamento para sua implantação, e com isso as emissões de gases do efeito estufa. O programa, apesar disto, propiciava um Selo verde e social ao biodiesel, embora a maior parte da matéria-prima utilizada na sua produção é de soja e sebo de boi do agronegócio (ANA, 2011).

terras do MST e do CETA marcharam entre Feira de Santana e Salvador, enquanto seus dirigentes antecipadamente negociavam com representantes do governo. Na prática, ao chegarem à capital, o acordo com o governo já estava definido. Marcharam com o MST e ouviram muito sobre o caráter popular do governo Wagner, conforme as lições proferidas pelo carro de som por vários dos seus dirigentes. Ouviram elogios ao secretariado e celebraram juntos, no pátio do INCRA, um “acordo inédito para a Reforma Agrária” na Bahia (CEAS, 2008b, p. 3-4). Mais tarde, seria o discurso do governador, que subiu em um trio elétrico, colocou o boné do MST, depois o do CETA, e comprometeu-se a resolver os problemas da reforma agrária na Bahia (CETA, s/d, p. 25). A marcha de 2007, seria, como farsa, repetida, em 2008, quando um novo acordo, praticamente, copiava o conteúdo do ano anterior, uma vez que as suas cláusulas, em esmagadora maioria, não haviam sido cumpridas (CEAS, 2008, p. 9).³⁵

Concretamente, passava-se das ações e do conteúdo político da Articulação de Rurais e Urbanos, entre 2003 e 2006, para essas ações e acordos de 2007 e 2008. Ante a isto, pode-se inquirir os passos que levaram o CETA de uma posição à outra ou à Marcha com o MST. Embora não se possa dar uma resposta unívoca, a pesquisa registra uma intervenção dos militantes da tendência “Articulação de Esquerda” e do MST no processo interno do CETA, que aponta para uma hipótese explicativa.

No início de 2007, a Coordenação deste Movimento havia definido com quais aliados realizariam a Mobilização de Abril, excluindo os movimentos urbanos e também o MST. Justificou-se esta decisão, quanto aos urbanos, porque identificavam dificuldades de relacionamento com alguns movimentos e a pouca participação das bases urbanas nos atos. Quanto ao MST, a justificativa era ainda mais contraditória. Argumentava-se, que devido a participação do MST no governo Wagner, cuja campanha, a exemplo da presidencial, fora apoiada pela Veracel Celulose e o agronegócio do eucalipto³⁶ – setor que deveria ser atingido

35 Já em 2008, ficaria evidente que o pragmatismo da aliança com o MST não daria os frutos esperados. Afinal, o governo limaria a reforma agrária e logo o CETA passou a perceber que o mais pragmático da relação era o MST. Expressões, como “farinha pouca, meu pirão primeiro,” eram ouvidas para definir a postura do MST na distribuição das poucas conquistas obtidas (CEAS, 2009a). Segundo o CETA, as poucas ações de vitórias, desapropriações, distribuição de cestas básicas realizadas eram direcionadas, prioritariamente, a atenderem as demandas do MST, que também indicou o servidor Luiz Gugé, para a Superintendência Regional do Incra no segundo governo Lula (SANTOS, 2010, p. 95).

36 *Correio Brasiliense* (26/08/2008). “O Preço da Devastação: Danos ambientais com a licença das autoridades. A partir de autorizações suspeitas, empresas de celulose conseguiram ocupar 300 mil hectares com eucaliptos

por ação direta do CETA na regional Sul –, não se admitiria uma mobilização conjunta com o MST naquele ano (CEAS, 2008b).

Após definida essa tática inicial, na reunião seguinte da Coordenação Estadual do CETA, ocorreu a intervenção de um ex-coordenador estadual, naquele momento integrado à “Articulação de Esquerda”, então, a mesma tendência das lideranças do MST e do governador. Acompanhado de uma dirigente nacional do MST, teria ele defendido a mudança dos encaminhamentos anteriores, argumentando que poderiam causar problemas políticos ao “governo popular”. A maioria da Coordenação, que havia assumido há pouco a direção do CETA, aceitou a orientação apresentada, bem como o convite formulado pelo MST para juntar-se a Marcha em preparação.

Para esta mudança de posição, não se deve desconsiderar o pragmatismo político expresso na crença ou no cálculo de que a aliança proposta facilitaria o acesso à parte dos recursos que pudesse sair do governo para os seus aliados, sendo o MST, no campo, o mais importante deles. Outro aspecto dessa decisão diz respeito a restrição dos novos dirigentes do CETA em relação a Articulação de Rurais e Urbanos.

Por outro lado, a Articulação, como um instrumento organizativo de tipo horizontal, dado à complexidade das relações entre lideranças e militantes de base dos vários movimentos, de perfis tão diversos, que mal começavam a se conhecerem, mas que precisavam chegar a consensos políticos – cada vez mais difíceis após a queda do “carlismo” –, apresentava um amplo leque de dificuldade para se manter ativa e para continuar existindo como instrumento de ação coletiva.

Por essa ou aquela razão, a nova Coordenação Estadual do CETA chegou à conclusão de que não valia a pena tantos esforços. Prevaleceu um horizonte político imediatista e pragmático, que tornar-se-ia facilmente atraído por projetos públicos assemelhados ao tradicional clientelismo político baiano, com o qual o novo governo parecia flertar, haja vista as iniciativas de neutralização das lideranças e movimentos sociais, bem como o modo

no sul do estado”. Cf o CB, ainda em 2002, “Wagner recebeu R\$ 30 mil. Quatro anos mais tarde, foi eleito com doações de R\$ 270 mil das papeleiras”. Em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2008/08/26/interna_politica,27484/o-preco-da-devastacao-danos-ambientais-com-a-licenca-das-autoridades.shtml. Acesso em: 12 ago. 2021.

adotado para viabilizar o acesso de grupos e associações aos projetos e benefícios públicos no campo.

Assim, a partir do governo estadual petista, a perspectiva de uma articulação horizontal dos movimentos e das lutas sociais mais agudas pela efetivação dos direitos dos povos do campo e das populações periféricas urbanas não frutificaria. Enfim, não seguiria em frente a estratégia de acúmulos políticos coletivos com vistas ao que chegou a ser definido, ainda que vagamente, como um projeto popular de país.

Os anos seguintes serão de fragmentação e enfraquecimento dos movimentos e das lutas no campo. O CETA, isolado dos seus aliados de antes e de boa parte das assessorias, reduziu a sua importância política estadual e adotou uma dinâmica mais regional de atuação, deixando de pautar questões políticas mais amplas.

Em 2009, embora sem a maior parte dos aliados, mas com o acúmulo organizativo dos anos anteriores e já desvencilhado do MST, o Movimento CETA ocupou, na última semana de abril, a sede da Secretaria de Agricultura (SEAGRI), no Centro Administrativo da Bahia, ocupou também a Unidade Avançada do INCRA, em Bom Jesus da Lapa, e, depois de deixar a SEAGRI, o prédio do INCRA, em Salvador. A desocupação da SEAGRI se deu após negociações com os secretários de Agricultura (Roberto Muniz), de Relações Institucionais (Rui Costa) e de reunião com o próprio governador (Jaques Wagner). Na pauta, ainda estava o não cumprimento do acordo de abril de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos recuos do governo, não houve resposta à altura dos movimentos sociais. As mobilizações populares seguiam fragilizadas, seguidas de negociações burocráticas com órgãos estaduais ou federais. Lideranças importantes estavam acomodadas em cargos e funções de assessoria em projetos oficiais ou em gabinetes parlamentares. Na Bahia, a Articulação Rurais – Urbanos, ainda que algumas lideranças tentassem retomá-la, não mais voltaria ao proscênio.

Os governos (federal e estadual) seguiram com outras prioridades econômicas e sociais. No campo, o agronegócio, a mineração e seus megaprojetos avançavam. Na cidade, a habitação popular seria entregue à lógica de mercado e das empreiteiras, o foco passou às grandes intervenções e obras urbanas, pensadas, não a partir das necessidades sociais mais

urgentes, mas sim dos projetos de modernização articulados à Copa do Mundo, de 2014, e das Olimpíadas, de 2016, envolvendo remoções de populações, demolições e reconstrução de arenas esportivas.

As políticas oficiais positivas de transferência de renda aos mais vulneráveis, de aumento do poder de compra do salário-mínimo e ampliação da cobertura da previdência social, davam a aparência de tranquilidade e consentimento social aos governantes.

Na sequência, a juventude urbana emergiria politicamente nas “jornadas de junho de 2013”, reivindicando “Padrão Fifa” para as políticas públicas de saúde, segurança, transporte – em movimento sequestrado, em seguida, pela “direita” e pela mídia conservadora. Passaríamos ao impeachment e a maré crescente da extrema direita e dos seus movimentos conservadores, culminando no governo Bolsonaro. Como serão os movimentos sociais do futuro?

REFERÊNCIAS

ABRAJI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. Transparência Brasil. Direito à terra quilombola em risco: reconhecimento de territórios tem baixa histórica no governo Bolsonaro. In: **Projeto Achados e Perdidos**, [s.l.], 2021. Disponível em: https://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/Terra_Quilombola.pdf Acesso em 29 maio 2022.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

AMRU - ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS RURAIS E URBANOS DA BAHIA. **Relatório do Seminário de Avaliação e Planejamento Urbanos e Rurais**. Salvador: Casa Kolping, 03, 04 e 05 de jun., 2005.

ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis. In: **Caderno da Comissão de Agroenergia da ANA**. Rio de Janeiro: AS-PTA – ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA, 2011.

AZEVEDO, Daviane A. de. **Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia**: O protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula. 2012. 276 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96396/309940.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: mai. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 19.

CEAS. **Avaliação do Processo de Mobilização dos Movimentos Sociais**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), 2013.

CEAS. **Relatório de Avaliação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), 2003.

CEAS. **Relatório de Avaliação, Sul da Bahia**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), 2008a.

CEAS. **Relatório de Monitoria Sul**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), 2008b.

CEAS. **Relatório de Monitoria, Equipe Rural**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), 2007.

CETA; MTD; PR; MPA; AFFPA. **Manifesto**. Ação imediata contra a Seca, a favor da Reforma Agrária e Territórios Tradicionais. Salvador, 2013.

CRUZ, S.; KAYSEL, André; CODAS, V. (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CUNHA, J. S. **Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)**. 1996. Dissertação (Mestrado de História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996.

CUNHA, J. S. Latifúndio, reforma agrária e políticas para o campo brasileiro na crise sistêmica (1994-2015). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas>. Acesso em: jul. 2017.

CUNHA, J. S. **O fazer político da Bahia na República (1900-1930)**. Matriz das relações entre Estado, corporações e políticos. Salvador: Edufba, 2017.

CUNHA, J. S. Verbete Reforma Agrária. In: IVO, Anete B. L. *et al* (org.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 110 problemáticas contemporâneas. – 2. ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

DANTAS NETO, Paulo F. O carlismo além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual. In: SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo F. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DANTAS NETO, Paulo F. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2006 (a).

DELGADO, Lucília de A. N. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.484-503, jul., 2005. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7638/1/ARTIGO_Brasil1954Prenuncios.pdf

FREYRE, G. **Rurbanização**: Que é? Recife: Massangana, 1982.

GONH, Maria da G. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. [S.l.], Civilização Brasileira, 1978.

JESUS, Aila Cristina C. de; CASTRO, Samilla C.; CONCEIÇÃO, Edney. Comunidades Quilombolas na Bahia: uma análise do processo de titulação territorial. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS, 2, 2017, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**, 2017. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2_ayla_samilla_edney.pdf

SANTOS, Arlete R. dos. Os movimentos sociais do campo e a Reforma Agrária do Consenso. **Mundo Agrário**, v. 18, n. 38, e058, ago. 2017.

SANTOS, F. L. B. O Brasil de Bolsonaro. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 45, n. 250, p. 448-470, maio/ago., 2020.

SANTOS, José Adriano da C. *et al.* Estrutura fundiária nos territórios de identidade da Bahia. In: SEMANA DO ECONOMISTA (GT 6 – Economia Agrícola e do Meio Ambiente), 4, 2014, Ilheus. **Anais eletrônicos [...]**. Ilheus: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), 07 a 10 de out de 2014. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt6-2.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

SANTOS, Sara A., et al. Estrutura fundiária na Bahia, Brasil: uma análise sob a ótica do índice de Gini. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.32, p.614-625, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/download/49272/29837>. Acesso em: 04 maio 2022.

SANTOS, Tiago R. **CETA: nossa luta é justa e certa! Formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009)**. Monografia (Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Tiago R. **CETA: nossa luta é justa e certa! Formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009)**. Monografia (Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan.-abr., 2006.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

Dados do autor

Joaci de S. Cunha

Pós-doutor pelo Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador - UCSal (2020), onde é professor colaborador; é Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (2011), Mestre em História e Bacharel em Direito pela mesma universidade. Tem experiência docente e em pesquisa nas áreas de Brasil Republicano, Direito e Movimentos Sociais, além de História Econômica. É assessor do Centro de Estudos e Ação Social e atual coeditor científico da revista *Cadernos do CEAS*. E-mail: joacisc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7245172604097622>.